

Convênio com as universidades

É pensamento do deputado Inocêncio de Oliveira vice-presidente da Câmara firmar convênios entre a casa e todas as universidades brasileiras, para receber cópias de todas as teses ali apresentadas sobre ciências sociais, políticas, segurança e outros assuntos.

No momento, porém, o Congresso, o Senado e a Câmara não dispõem sequer de regimentos atualizados à nova Constituição do País. No Senado, o novo regimento está sendo preparado por uma comissão de que é relator o senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB de São Paulo. Na Câmara, esse trabalho está a cargo de Inocêncio, que, para ganhar tempo, adotou como projeto um anteprojeto regimental elaborado por seu antecessor na vice-presidência, o deputado Maurício Campos, do PFL mineiro. Quanto ao Congresso, cabe ao senador Jarbas Passarinho, líder do PDS no Senado, relatar a nova proposta de regimento comum.

Esses três regimentos, a serem também ajustados entre si, o mais possível, estarão prontos entre os dias 17 e 21 de abril próximo.

No caso da Câmara, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) chegou a elaborar um anteprojeto de regimento que, entre outras coisas, reduzia as atuais 22 comissões permanentes ali existentes a apenas oito, como as comissões temáticas da Constituinte, em função de áreas específicas. O deputado Maurício Campos, no entanto, em seu projeto, encampado por Inocêncio, fixa em 16 as comissões da Câmara. Nesse projeto, como no de Jobim, tais comissões, de acordo com a nova Constituição, terão poderes para aprovar, sem consulta ao plenário — a menos que haja recurso — diversos projetos de lei.

Assessoria

Outro problema do Congresso é a questão da assessoria aos congressistas. No Senado e na Câmara existem assessorias selecionadas mediante concurso público, para questões jurídicas, econômicas, redação legislativa e outros temas.

O primeiro secretário da Câmara, deputado Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, a quem estão afetos os serviços administrativos da Casa, pensa em propor o sistema vigente nos Estados Unidos, de contratação de assessorias especiais, noutras áreas, conforme as necessidades do Legislativo.

O modelo que Luiz Henrique tem em vista, em princípio, é o do funcionamento das comissões permanentes e de inquérito no Congresso americano. Ali, há tempos, um assessor de segurança do Governo, o coronel Oliver North, foi pilhado pelo Congresso em flagrante de prestação de depoimento falso, graças a assessores militares contratados especialmente para a interpelação do depoente.

Poderes

Apesar da situação precária que atravessa — devido à inexistência de regimentos ajustados à nova Constituição — o Congresso já conseguiu, este ano, duas façanhas: uma, na Comissão Mista do Orçamento (integrada por senadores e deputados e presidida pelo deputado Cid Carvalho, do PMDB maranhense), e outra, nas comissões de Fiscalização e Controle, do Senado e da Câmara.

No Orçamento, o Congresso alterou, pela primeira vez, desde o Ato Institucional nº 1, de 1964, a proposta orçamentária da União. Por sinal, com base em violações praticadas pelo Governo contra a lei do Orçamento, o senador Mário Covas, do PSDB, encaminhou à Con-

sultoria Geral da República uma representação por crime de responsabilidade contra o presidente José Sarney.

Nas duas comissões de Controle (a do Senado é presidida pelo senador Carlos Chiarelli, do PFL gaúcho, e a da Câmara pelo deputado Fernando Gasparian, do PMDB paulista) diversas autoridades governamentais já foram chamadas a depor sobre irregularidades na administração pública. Até a vigência da Constituição de 1967, essa praxe era impensável. A Comissão da Câmara ouviu os diretores da BR-Distribuidora, envolvidos em irregularidades, e convocou, para os próximos dias, o ministro Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, para explicar as acusações que estão sendo feitas àquela pasta, no caso da exportação de café e de violações à lei de informática.

Respostas

O que o Congresso ainda não conseguiu, apesar das inovações constitucionais, foi obrigar o Governo a responder-lhe, em tempo, às questões e pedidos de informações apresentados pelos congressistas, sobre assuntos que demandam decisões legislativas em caráter urgente.

Nesse particular, também ainda não se agilizou a tramitação de projetos de interesse público, seja por falta de **quorum** constante no plenário das duas casas, devido ao não cumprimento do dispositivo constitucional que prevê sanções aos parlamentares faltosos.

Todas estas mudanças — como afirma o deputado José Costa — dependem da vontade política dos próprios congressistas, tanto quanto da fusão de serviços e da agilização da burocracia parlamentar, da qual fazem parte quase 13 mil funcionários. (R.A.L.)